



**SOLA SCRIPTURA**

**RECURSOS PARA PASTORES E LÍDERES QUE DESEJAM MANEJAR BEM A PALAVRA DA VERDADE**

**Edição Especial De Lançamento**

**Distribuição Gratuita**

# **ELEMENTOS ESSENCIAIS DA TEOLOGIA DISPENSACIONAL**

**Uma análise dos elementos essenciais que caracterizam a TEOLOGIA DISPENSACIONAL, considerando sua origem bíblica, suas idéias centrais e sua relevância contemporânea**

<b>Editorial.....</b>	<b>02</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>03</b>
<b>Interpretação Literal das Escrituras.....</b>	<b>04</b>
<b>Revelação Progressiva.....</b>	<b>05</b>
<b>As Dispensações: A Estrutura Essencial do Plano de Deus.....</b>	<b>06</b>
<b>A Igreja, uma Revelação Paulina.....</b>	<b>08</b>
<b>Distinção entre a Igreja, Israel e o Reino.....</b>	<b>10</b>
<b>Salvação pela Graça, sem Israel ou a Lei.....</b>	<b>12</b>
<b>O Arrebatamento Pré-Tribulacional da Igreja.....</b>	<b>14</b>

**TEMA DA PRÓXIMA EDIÇÃO**

# **Maravilhosa Graça**

Em 1517, o frade agostiniano **Martinho Lutero** (1483-1546), desencadeou involuntariamente um movimento que transformaria radicalmente o mundo ocidental. Esse movimento, que veio a ser conhecido como a **Reforma Protestante**, gerou implicações religiosas, políticas e sociais sem precedentes. Por isso mesmo, é difícil resumir a reforma protestante em alguns pontos fundamentais. Entretanto, apesar de simplista, eu creio ser possível afirmar que as reivindicações de Lutero podem ser sintetizadas na popular tríade: **Sola Gratia - Sola Fide - Sola Scriptura**.

De fato, podemos afirmar que a tradição Protestante tem sido fundamentada nesses três pilares. Pelo menos deveria ser assim, mas infelizmente isso nem sempre tem acontecido.

Você pode estar se perguntando: Por que **SOLA SCRIPTURA**? Por que quase 500 anos após Lutero ter defendido a exclusividade das Escrituras como regra de fé e prática da Igreja, nós precisamos de um periódico teológico reafirmando essa mesma verdade? Será que isso não está suficientemente estabelecido na igreja evangélica brasileira?

Eu creio que a necessidade de erguermos a bandeira do **SOLA SCRIPTURA** é quase tão vital e urgente hoje, quanto o era nos dias de Lutero. De certa forma, precisamos de uma nova **REFORMA**.

A ameaça contudo, não procede das encíclicas papais. Ela é mais sutil e interna. A grande ameaça à exclusividade e a suficiência da revelação bíblica na igreja moderna procede do crescente exército de “auto-autenticados” profetas que infesta nossas igrejas, propagando seus sonhos e visões movidos por um lema diferente daquele adotado pelos profetas bíblicos: enquanto aqueles afirmavam “*Assim diz o Senhor*”, os profetas modernos afirmam “*Assim me diz o Senhor*.”

Portanto, é com o firme propósito de defender e propagar a suficiência da Palavra de Deus que oferecemos aos irmãos pastores e líderes cristãos, o primeiro número do nosso jornal **Sola Scriptura**.

Sendo nosso esforço direcionado pelos princípios e dinâmicas da Teologia Dispensacional, nessa edição especial de lançamento do nosso jornal, apresentamos resumidamente os elementos essenciais que caracterizam essa forma de teologia.

É possível, que em relação à Teologia Dispensacional você encontre-se em uma das seguintes categorias: (1) *Não conheço bem mas gostaria de saber mais*; ou (2) *Não conheço e não concordo*. Seja qual for o seu caso, meu pedido é que você leia os artigos a seguir com uma mentalidade “bereana” antes de julgar a validade e a relevância da Teologia Dispensacional.

Em breve estaremos lançando o formato final de nosso jornal com mais páginas e contendo inúmeras sessões de interesse para pastores e líderes, como por exemplo, *Falando Grego*, assinada pelo Prof. Joel Molina, exímio exegeta, graduado pelo Grace Bible College em Grand Rapids, MI - EUA e *Fé e Ciência*, pelo renomado cientista cristão Prof. Dr. Francisco Prado Reis.



### SOLA SCRIPTURA

**EDITOR E DIRETOR  
RESPONSÁVEL**  
Pr. Urian Rios

**TRADUTORES**  
Pr. Urian Rios  
Jule Rose Rios

**SECRETÁRIA  
DE REDAÇÃO**  
Jule Rose Rios

**CORRESPONDÊNCIA**  
Caixa Postal, 4112  
B. V. - Recife, PE  
CEP. 51021-970

**Uma Publicação**

## Meta

Ministérios de Edificação,  
Treinamento e Apoio à Igreja

# INTRODUÇÃO

O objetivo primordial destes estudos é apresentar uma descrição concisa da teologia dispensacional, identificando suas idéias essenciais e fornecendo o significado e a base bíblica de cada uma delas.

Nesses artigos, reivindico que o dispensacionalismo deve ser entendido como uma forma de teologia protestante evangélica viável e significativa.

Dispensacionalismo é uma teologia porque formula conceitos concernentes as principais doutrinas adotadas pela Igreja cristã.

Pertence à tradição da teologia protestante evangélica, pois compartilha com outras teologias evangélicas os elementos essenciais da fé cristã: graça e fé como o único meio de salvação, as Escrituras como a Palavra de Deus inspirada e única autoridade de fé e prática para a vida da Igreja e a responsabilidade da Igreja em proclamar o evangelho de Jesus Cristo.

Teologia dispensacional tem contudo, uma configuração de interesses e ênfases que a identificam como uma forma distinta de teologia. Esses interesses gravitam especialmente em torno das doutrinas da **salvação** e da **igreja**.

Quanto à doutrina da **salvação**, teologia dispensacional reivindica veementemente o caráter absoluto da graça de Deus como a base da salvação, rejeitando qualquer tentativa de diluir ou redefinir a doutrina paulina da salvação pela graça. Da mesma forma, enfatiza o drástico contraste paulino entre Lei e Graça, insistindo em limitar ao mínimo a influência da Lei Mosaica na vida da Igreja, resultando em uma abordagem totalmente anti-sacramentalista.

Relativo à doutrina da **Igreja**, a teologia dispensacional afirma que a Igreja é a reunião dos eleitos, um povo celestial que experimentou a graça salvadora de Deus e que voluntariamente forma um corpo visível de santos visando comunhão, disciplina, crescimento espiritual e encorajamento mútuo. Ao con-

trário de outras formas de teologia, preocupa-se em distinguir a Igreja, o Corpo de Cristo, da nação de Israel, afirmando que a Igreja não deve colocar-se sob a obrigação de tornar-se Israel, ou restabelecer sua monarquia ou guardar a sua lei.

Eu creio que a Teologia Dispensacional é significativa e relevante para a Igreja, na medida em que (1) posiciona a Igreja distinta e significativamente na história bíblica da redenção (2) enfatiza os princípios que libertam a Igreja de tentar ser a teocracia do antigo Israel ou o futuro reino messiânico; (3) defende uma simples, integrada função da Igreja na presente era, a saber, a evangelização mundial e o estabelecimento de Igrejas locais, reconhecendo contudo as implicações bíblicas dessas atividades: organização de comunidades cristãs que cultuam a Deus; a instrução dos seus membros na Palavra de Deus; esforços solitários movidos por compaixão cristã; e a busca de justiça social; (4) responde à necessidade de reconhecer as distinções na história bíblica da redenção; (5) oferece uma hermenêutica bíblica consistente e coerente; (6) defende o caráter literal das Escrituras.

Na tentativa de definir a Teologia Dispensacional, alguns teólogos e críticos do movimento têm adotado uma abordagem detalista, especificando tantos detalhes quanto necessários para atingir seus propósitos. Outros, por outro lado, adotam uma abordagem simplista reduzindo tudo a um ou dois princípios básicos. Entretanto, eu prefiro uma abordagem essencialista, buscando identificar as idéias essenciais adotadas por essa forma de teologia em seu desenvolvimento histórico.

Essas idéias essenciais serão resumidamente apresentadas nesse primeiro número do nosso jornal.

Os artigos a seguir foram escritos pelo Pr. Urian Rios tendo como base o trabalho do Dr. Dale S. DeWitt, professor titular do Grace Bible College (Faculdade Bíblica da Graça) em Grand Rapids, MI - E.U.A., A partir de anotações e apostilas obtidas pelo Pr. Urian quando aluno do Dr. DeWitt.

# INTERPRETAÇÃO LITERAL DAS ESCRITURAS

Teologia dispensacional adota a hermenêutica literal da tradição reformada, mas a aplica mais abrangentemente do que qualquer outra forma de teologia evangélica, insistindo na leitura mais literal possível de toda profecia e na integração do significado bíblico resultante no todo da teologia.

Teologia dispensacional adota o método histórico-gramático de interpretação das Escrituras. Ou seja, é necessário interpretar as Escrituras em seu contexto histórico e considerar todos os aspectos gramáticos relevantes (forma literária, significado e uso de palavras, a intenção do autor, estrutura gramatical) afim de chegarmos o mais perto possível do propósito original do autor bíblico.

Teologia dispensacional busca **clareza** democrática, **consistência** interna e **realidade** revelacional na interpretação literal das Escrituras

**Clareza**, porque "literal" refere-se ao significado "normal" e "lógico", das palavras, significado esse visível a todos.

**Consistência**, porque a Teologia Dispensacional aplica sua compreensão hermenêutica (literalismo) igualmente a todas as partes das Escrituras.

**Realidade**, porque o

literalismo da Teologia Dispensacional é baseado no literalismo interbíblico, na medida em que escritores bíblicos posteriores interpretam escritores bíblicos anteriores literalmente.

O critério de **clareza** é requerido e relevante em qualquer tipo de comunicação: compreensão literal é essencial à interação social no dia a dia. Literalismo é essencial para a sustentação da comunicação entre duas partes.

**Consistência** é essencial a fim de evitar assumirmos que conceitos ou porções das Escrituras considerados complexos, demandam uma "cha-ve" interpretativa especial, diferente da interpretação de outras Escrituras. Portanto, Teologia dispensacional nega a necessidade de aplicar qualquer princípio de interpretação "singular" a qualquer conceito ou porção das Escrituras.

**Realidade** porque a Teologia Dispensacional baseia seu literalismo no testemunho das Escrituras. Se o testemunho das Escrituras é a norma para a fé e prática do cristão, conseqüentemente, deve ser também a autoridade para todo e qualquer ponto particular de fé e prática. Isso é verdadeiro quanto a reivindicação dispensacional da interpretação literal das

Escrituras.

Um estudo de como passagens posteriores do Velho Testamento interpretam passagens anteriores (interpretação interbíbica) é uma boa ilustração desse fato: Passagens posteriores interpretam as promessas patriarcais literalmente (Deut. 1:6-18) Gn. 12:1-3; 13:14-18; 15:5; Os profetas interpretam os mandamentos da lei literalmente (Ez. 18:1-9) Deut. 24:16; Profetas posteriores interpretam as predições de profetas anteriores literalmente. (Dan. 9:1-2) Jer. 25:9-12.

Outra ilustração bíblica da interpretação literal é como o Novo Testamento interpreta o Velho Testamento: Profecias concernentes aos eventos e benefícios relacionados à primeira vinda do messias são interpretados e cumpridos literalmente; Profecias concernentes ao Reino messiânico e à futura salvação de Israel são interpretadas literalmente.

Teologia Dispensacional admite que o Velho Testamento é algumas vezes aplicado de uma forma adaptativa, expansiva e equivalente com relação a Israel e a Igreja, mas o senso de realidade histórica e continuidade de significado é preservado (a semente de Abraão em Galátas 3 e o uso paulino de Oséias em

Romanos são exemplos disso).

Da mesma forma, uma combinação de senso literal com variações em detalhes não-literais equivalentes é usada para atingir alvos interpretativos específicos. (Gal.4:21-31; Mat. 2:17,18)

É evidente também, que a Teologia dispensacional admite em seu literalismo a realidade da linguagem figurativa (metáforas, símiles,

hipérboles, etc.), bem como do uso escriturístico de tipos (instituições, pessoas, eventos, objetos ou cerimônias orientados redentivamente que aludem a correspondentes no futuro) e símbolos (ações designadas a dramatizar aspectos da mensagem dos profetas aos seus contemporâneos).

Em suma:

(1) A hermenêutica da teologia dispensacional é literalismo;

(2) Esse literalismo é substantiado nas Escrituras, na medida em que interpretação literal inter-bíblica pode ser observada em ambos, Velho e Novo Testamentos;

(3) A integração desse literalismo ao todo da teologia tem levado a Teologia Dispensacional a reivindicar certas implicações teimosamente negadas por outras formas de teologia, como por exemplo, a clara distinção bíblica entre Israel e a Igreja em sua composição, função, dons e propósitos.

---

## REVELAÇÃO PROGRESSIVA

---

A Teologia Dispensacional difere de suas origens calvinistas em sua compreensão do conceito de Revelação Progressiva.

A Teologia Calvinista busca explicar as óbvias mudanças e os desenvolvimentos no plano redentivo de Deus afirmando o conceito de "clarificação progressiva". De acordo com o calvinismo clássico, o "Pacto da Graça" operou uniformemente em todas as eras da história da salvação, com as mesmas provisões, o mesmo Redentor, a mesma completa salvação e os mesmos eternos benefícios.

Teologia Dispensacional, pelo contrário, defende a idéia de real desenvolvimento, não apenas clarificação do que já estava presente no Velho

Testamento

Revelação Progressiva portanto, é o meio de reconhecer e articular as variações sequenciadas de uma a outra era da história redentiva, sem contudo comprometer a unidade de Deus, a unidade do Seu plano, e a unidade e correlação de Suas obras.

Da mesma forma que na natureza de Deus há pluralidade de pessoas (três) e de qualidades (atributos), em seu plano há real pluralidade, variedade e complexidade. Em outras palavras, Revelação Progressiva significa diversidade dentro de um plano uniforme.

Teologia Dispensacional, afirma que cada era da história da redenção pode ser claramente identificada por seu caráter distinto, apresentando características especiais, as quais

expandem ou limitam as eras anteriores, produzindo uma complexa combinação de continuidades e mudanças pois cada nova revelação ao mesmo tempo expande e elimina a anterior.

Para muitos, a idéia de mudança real no movimento da história redentiva é ofensiva e inaceitável, especialmente em referência às provisões da salvação e a natureza e organização do povo de Deus.

As Escrituras contudo, mostram claramente que há mudança real no movimento da história redentiva, inclusive quanto às provisões para salvação. Enquanto que, no Novo Testamento, a presença de Deus e a habitação do Espírito Santo são realidades perenes na vida do cristão, o salmista Davi ora a Deus no



Salmo 51:11(NVI) : “Não me expulses da tua presença, nem tires de mim o teu Espírito Santo.” (veja também Jz. 16:20 e compare com Rm. 8:35-39 e Ef. 1:13,14)

Para ilustrar o caráter progressivo da revelação bíblica podemos tomar como exemplo o desenvolvimento das diferentes regras dietéticas impostas por Deus.

Em Gênesis 1:29,30 Deus estabelece uma “regra dietética” para nossos primeiros pais, na qual Ele lhes permite comer apenas ervas e frutas. Note que a mesma regra foi imposta sobre os animais.

Mas, se você continuar a ler o livro de Gênesis, chegará ao capítulo 9, verso 3 que diz: “Tudo o que se move e vive será para vosso mantimento. Assim como vos dei as ervas verdes, tudo vos dou agora.”

Você percebeu a clara mudança? Mas não pára aí. A Lei Mosaica estabelece inúmeras limitações ao comando de Gênesis 9. O capítulo 11 de Levítico apresenta uma longa lista de animais considerados puros e impuros, sob o seguinte

cabeçalho: “São estes os animais que podereis comer...” (Lv. 11:2).

Você ainda está comigo? Então me permita citar mais um texto; I Timóteo 4:4: “Porque tudo o que Deus criou é bom, e não há nada que rejeitar, sendo recebido com ações de graças.”

A narrativa patriarcal de Gênesis 12-25 apresenta um outro exemplo de Revelação Progressiva:

(1) A promessa é feita a Abraão - Gen. 12:1;

(2) Um altar é erguido estabelecendo um elo concreto entre Jeová e Abraão - Gen. 12:7;

(3) O conceito de crescente prosperidade aparece. Gen. 12:16;

(4) Um ato simbólico de posse é ordenado por Jeová - Gen. 13:14-18;

(5) As fronteiras da terra são estabelecidas - Gen. 15;

(6) As idéias de riqueza e terra reaparecem no capítulo 20;

(7) Um tratado político legitima a posse territorial. - Gen. 21;

(8) Uma área é adquirida para servir de cemitério familiar -

Gen. 23

O mesmo tipo de desenvolvimento demonstrado acima, pode ser encontrado em inúmeras outras porções e conceitos tanto no Velho quanto no Novo Testamento (batismo, circuncisão e dons de sinais em Atos e nas Epístolas Paulinas).

Por mais ofensiva e inaceitável que possa parecer a alguns, uma leitura progressiva da revelação Bíblica fornece inestimáveis benefícios para a compreensão das Escrituras e para a prática da Igreja:

(1) Uma leitura progressiva da revelação bíblica pode explicar as variações e aparentes incoerências nas eras bíblicas, bem como desenvolvimento dentro de uma era;

(2) Uma leitura progressiva da revelação bíblica permite e encoraja a Igreja a apreciar toda a Escritura sem recorrer a recursos expositórios artificiais;

(3) Uma leitura progressiva da revelação bíblica permite a Igreja ser diferente de Israel, e funcionar com a sua natureza e função especiais.

## AS DISPENSAÇÕES:

### A ESTRUTURA ESSENCIAL DO PLANO DE DEUS

Quando lido realisticamente, o registro bíblico da revelação mostra progressão. Que Deus em sua soberania opera na história da redenção com um plano pré-estabelecido, operacionalizado por meio de pactos e

dispensações é um fato quase que universalmente aceito entre teólogos protestantes.

A questão que se levanta é como essa progressão é organizada: trata-se apenas de progresso em clarificação ou de fato podemos perceber,

identificar e caracterizar uma série de eras bíblicas bem definidas e com diferenciação real entre as mesmas?

Qualquer forma de teologia séria deve pelo menos explicar as diferenças entre o Velho e o Novo Testamento porque tais

diferenças são explicitamente reconhecidas e declaradas no Novo (II Cor. 3; Heb. 7-10)

Os dois tipos de Teologia Calvinista - Teologia do Pacto e Teologia Dispensacional - adotam explicações diferentes para essas óbvias diferenças.

A Teologia do Pacto admite apenas dois pactos entre Deus e homem: o Pacto das Obras estabelecido entre Deus e Adão antes da queda e o Pacto da Graça, estabelecido após a queda. O Pacto da Graça portanto, é visto como o único pacto redentivo estabelecido por Deus, operando uniformemente da queda até o final dos tempos. Sob esse pacto uniforme e como meras expressões dele opera uma série de dispensações: Adâmica; Noética, Patriarcal, Mosaica e Cristã.

A Teologia Dispensacional inverte completamente esse esquema, reivindicando que as dispensações representam diferentes administrações divinas em sequência, sob as quais operam uma pluralidade de pactos específicos.

Mantendo-se as óbvias diferenças em ortodoxia, a Teologia Dispensacional pode ser comparada, em idéias gerais, ao conceito de *Heilsgeschichte* sistematizado por teólogos como Harold O. J. Brown, John Relmann e Oscar Cullmann, os quais compreendem a revelação bíblica não como um conjunto de doutrinas reveladas sobre Deus, mas sim como um registro sequenciado da história da salvação.

O fundamento bíblico da Teologia Dispensacional é o termo *oikonomia* ("dispensação", "administração") levando-se em conta todas as suas implicações e idéias correlatas, especialmente como encontrado nas epístolas de Efésios e Colossenses. O significado desse termo fornece à Teologia Dispensacional o ponto de partida para entender a estrutura essencial do plano de Deus na história bíblica.

O significado mais antigo de *oikonomia* é a "administração (regulamento) de uma residência." A partir desse significado básico, muitos outros surgiram:

(1) A administração de uma casa aristocrata, especialmente referente ao treinamento dos filhos por um escravo residente (significado atestado em Gálatas 4:2 e popularizado pelo filme "Ben Hur");

(2) A administração de bens e propriedades como na parábola de Lucas 16:1-8; (3) As atividades dos administradores públicos como no caso de Erasto (Rom. 16:23); (4) Um acordo, transação ou contrato legal. Esse uso legal de *oikonomia* sugere a estabilidade e controle de um Deus soberano administrando uma revelação gradual.

Dos significados acima podemos inferir que *oikonomia* pode denotar tanto a atividade de quem administra, quanto o plano, arranjo ou programa que está sendo administrado.

Foram os estóicos que primeiro transferiram *oikonomia* para a esfera teológica, ao

referirem-se à "oikonomia de Deus sobre todas as coisas", sugerindo a administração divina sobre o universo por meio de elementos como o fatalismo, os corpos celestes, a natureza, a razão ou a providência. Semelhante uso pode ser encontrado na literatura judaico-helenista do período intertestamentário, em referência à administração geral de Deus sobre o mundo e o universo

O termo *oikonomia* aparece nas epístolas Paulinas denotando várias idéias correlatas: Em I Coríntios 4:1,2 Paulo usa *oikonomia* referente ao relacionamento dos apóstolos com Deus, afirmando que os apóstolos são "encarregados (*oikonomoi*)" (NVI) dos mistérios de Deus e que em um *oikonomos* a mais importante qualidade é a fidelidade. Podemos encontrar semelhante uso em I Coríntios 9:17 onde *oikonomia* refere-se à comissão que ele recebeu de Deus, enfatizando especialmente seu senso de obrigação como o "administrador" do evangelho para com o mundo gentio. Ele afirma pregar o evangelho por possuir uma *oikonomia* de Deus - ou seja uma incumbência ou comissão. Em I Timóteo 1:4 e Tito 1:7 o termo é usado para descrever responsabilidades ministeriais diante de Deus

Entretanto, o uso paulino de *oikonomia* que mais interessa à Teologia Dispensacional é encontrado em textos como Efésios 1:10; 3:2,9 e Colossenses 1:25.

Nestes textos *oikonomia*, gravita em torno de dois significados correlatos e interdependentes: o plano ou arranjo em foco e a atividade envolvida em

sua execução. A atividade de Deus em estabelecer e revelar seu plano e a atividade apostólica de Paulo em cumprí-lo - tarefa que ele cumpre com um senso de dever característico de um administrador sob obrigações legais. Oikonomia, portanto, é plano de Deus em ação na história da redenção.

Oikonomia em Efésios e Colossenses apresenta características marcantes: o contexto histórico representado nos textos é a missão aos gentios sob a liderança de Paulo e refere-se à universalidade da missão paulina aos gentios; o texto de Efésios usa o termo GRAÇA como o título ou nome do plano de Deus em tornar sua salvação disponível aos gentios independentemente da lei mosaica e da nação de Israel; os textos conectam o plano de Deus com a revelação do mistério a Paulo o qual não

fora dado a conhecer aos homens em prévias eras da história da redenção; o mistério não é a salvação dos gentios ou o evangelho mas o fato que gentios e judeus reconciliados em Cristo são unidos em um corpo, uma igreja igualitária, formando assim uma terceira humanidade; a formação da igreja da reconciliação é a manifestação do senhorio de Cristo sobre todas as coisas de acordo com Efésios 1:10; dispensação em Efésios e Colossenses refere-se a uma era da história redentiva na qual opera uma combinação singular de dinâmicas, poderes e resultados: evangelho, graça, reconciliação étnica e social, o senhorio de Cristo, a Igreja que é o Corpo de Cristo, libertação da Lei, etc.

Resumindo: (1) uma oikonomia é um de vários arranjos divinos em seqüência visando

o bem-estar cultural, moral e espiritual da humanidade; (2) Cada oikonomia avança além dos limites de estágios anteriores da relação de Deus com o homem; (3) Cada oikonomia é acompanhada de uma revelação específica de Deus explicando sua iniciativa e provê preceitos e poderes salvadores que aplicam os propósitos de Deus (4) Uma oikonomia não é um "meio de salvação" em oposição a outro meio de salvação, como se cada dispensação fosse outro plano de redenção. Uma dispensação é um arranjo ou método de Deus que desenvolve e enriquece o meio de salvação para o avanço do propósito redentivo divino. Um arranjo divino pelo qual o plano redentivo avança por um determinado tempo, e dentro do qual uma parte do plano de redenção é providenciado e aplicado.

## A Distinção

### ENTRE A IGREJA, ISRAEL E O REINO

Todas as formas de dispensacionalismo reconhecem a distinção entre o Israel do passado, o reino Messiânico futuro e a Igreja da presente dispensação.

Essa distinção é rejeitada pelos não-dispensacionalistas, os quais nos acusam de rejeitar um reino espiritual e advogar um reino meramente material ou carnal.

É verdade que os dispensacionalistas enfatizam os elementos judaicos, materiais e sociais do reino messiânico futuro, mas não é verdade que a Teologia Dispensacional rejeita um reino espiritual e redentivo. Pelo contrário, a Teologia Dispensacional reivindica um reino espiritual/material perfeitamente integrado, um

reino de salvação que energizará a renovação espiritual de Israel e afetará integralmente todo o mundo material e social.

Teologia Dispensacional busca especificar as condições que prevalecerão no futuro milênio, tornando obvias as diferenças em relação ao papel da Igreja na presente dispensação.

A Igreja não é o Israel histórico ou o futuro Reino Messiânico, nem tampouco é chamada para estabelecer ou criar as condições para a vinda do Reino, as quais serão cumpridas pela direta soberania de Deus. As promessas serão cumpridas devido a fidelidade de Deus e as condições serão cumpridas pela operação de sua



graça. Entretanto, os poderes espirituais essenciais do futuro reino de Cristo, já são manifestos na salvação da Igreja: justiça, paz, alegria (Rom. 14:17) e poder (I Cor. 4:19,20).

Dispensacionalistas usam o termo "o Reino", referindo-se ao Reino Messiânico profetizado no Velho Testamento em seu significado e expressão histórica mais amplos, como prometido a um Israel restaurado: o Reino Davidico de paz no qual tudo florescerá com nova vitalidade espiritual. A presença e a liderança de um rei Divino perfeito, governando em sabedoria, justiça e paz, criará as condições para alcançar o máximo "shalon" possível, mesmo em meio a uma humanidade ainda pecaminosa.

O milênio será uma integração criativa entre a soberania Divina e a vida humana. A humanidade será paulatinamente liberta das condições de pecado e o homem à imagem de Deus cumprirá finalmente seu destino como rei da Terra.

Consistentemente, Teologia Dispensacional afirma que o reino do ministério de Jesus e dos Doze é o mesmo Reino predito pelos profetas do Velho Testamento:

(1) Na pessoa, ensino e obra de Cristo, o Reino Messiânico foi manifestado a Israel pela primeira vez (Mt.

4:17; Lc. 17:20,21; Mt. 10:6; 15:24-27).

(2) Após a ressurreição de Cristo, os Apóstolos continuaram a missão de proclamar o Reino a Israel (At. 1:6-8; 3:17-26; 5:29-32). A ênfase de Pedro continuava a ser Israel, o Reino, a Lei Judáica renovada e o uso de rituais judaicos tradicionais (batismo, sacrifício, festas, circuncisão;

(3) A missão do Reino deveria atingir o mundo inteiro (Mt. 28:16-20), mediada pelo Israel arrependido (At. 3:19) e sob o senhorio de Cristo (At. 3:20-23,25)

(4) Isso está em direto contraste com a missão paulina aos gentios, na qual a graça de Deus alcança os gentios sem Israel. A Igreja é formada por Judeus e Gentios salvos em uma união igualitária e é liberta da Lei e de todos os rituais judaicos (Col. 2:9-19; Ef. 2:11-22).

A CENTRALIDADE DE ISRAEL NO FUTURO REINO MESSIÂNICO é fundamentada nas diversas alianças ou pactos estabelecidos por Deus com o seu povo Israel no Velho Testamento :

(1) O Pacto Abraâmico - Estabelece a nação, sua terra e o mundo inteiro como beneficiários finais;

(2) O Pacto Palestino - Afirma a futura restauração de Israel após uma perda

temporária de sua nacionalidade e terra.

(3) O Pacto Mosáico - Providencia uma constituição estabelecendo uma ordem moral e social, central ao significado nacional de Israel;

(4) O Pacto Davidico promete um Messias e seu reino como uma forma permanente de organização social;

(5) A Nova Aliança, estabelece a conversão espiritual de Israel como o poder salvífico operacional do Reino.

A CENTRALIDADE DE ISRAEL NO FUTURO REINO MESSIÂNICO é tam bém explicitada no Novo Testamento:

(1) Israel é a entidade nacional histórica denotada em Romanos 11, afirmando sua futura conversão;

(2) Israel é a mediadora dos poderes da renovação mundial ( Lucas 1 ; Atos 3);

(3) A presença de Israel na terra prometida é predita (Mat. 23:39; At. 1:6-8; Ap. 11).

A era da Igreja portanto, representa um "intervalo planejado" por Deus no desenvolvimento profético, um "adiamento" do Reino, não um "cumprimento" do Reino como reivindicam os pós-milenialistas, nem tão pouco um "cancelamento" do Reino como no amilenialismo.

# A IGREJA:

## UMA REVELAÇÃO PAULINA

---

Teologia Dispensacional reivindica que, quando lidas literalmente, certas passagens nas epístolas paulinas afirmam que a Igreja é um povo de Deus recém formado, uma “nova humanidade” ou “terceira raça”. Em Efésios 2 Paulo descreve a Igreja como um “novo homem”, e em Efésios 3 como um “mistério” guardado em Deus só “agora” revelado.

Sendo a Igreja um corpo de judeus e gentios convertidos e em total igualdade, está inseparavelmente ligada à missão aos gentios encabeçada por Paulo sob direta comissão de Cristo.

É importante afirmar que a missão aos gentios foi ocasionada pela persistente incredulidade dos judeus e operada independente de Israel e da Lei Mosaica. Consequentemente, a Igreja não é a continuidade do Israel do passado, nem tão pouco o Reino Messiânico futuro. (Rom. 11; At. 13:46; 18:6; 28:23-28)

O dispensacionalismo clássico insiste em posicionar a origem da Igreja em Pentecoste, ao mesmo tempo que mantém que a Igreja é uma revelação paulina.

A incongruência de tal interpretação tem sido apontada por alguns dispensacionalistas que reivindicam que para sermos consistentes, é necessário admitir que a Igreja, o Corpo de Cristo não poderia ter começado antes de Paulo e sua missão aos gentios, quando, de fato, um corpo comum de judeus e gentios reconciliados independentemente da Lei pode ser encontrado nas Escrituras.

É inegável, que de Pentecoste até o aparecimento de Paulo, os doze continuaram a focalizar sua atenção em Israel de acordo com a comissão que haviam recebido do Senhor ressurreto.

Essa ênfase só muda quando a missão aos gentios, sob a liderança de Paulo começa a ser

executada. Sob o ministério apostólico de Paulo, a salvação dos gentios ocorre independentemente de qualquer primazia étnica de Israel (At. 10:34,35; 15:7,8). Além disso, enquanto os gentios convertidos estavam livres da Lei, os judeus cristãos da Judéia continuavam a observar a Lei com todo o rigor (At. 21:20).

Uma análise cuidadosa e honesta de Atos 2 demonstrará que não há qualquer evidência que um corpo comum de judeus e gentios foi formado em Pentecostes:

(1) Já havia uma igreja (*ekklesia*) em Pentecostes (At.2:41);

(2) Pedro refere-se aos eventos em Pentecostes como os “últimos dias” de Israel. (At. 2:17)

(3) Pentecostes e a missão dos Doze tinham como objetivo a conversão escatológica de Israel, como amplamente predito pelos profetas, enquanto que, Paulo afirma, a Igreja era um mistério guardado em Deus.

A reivindicação de que a Igreja é uma revelação paulina é substantiada pela maneira como Paulo utiliza o termo *mysterion* (mistério).

Um grupo de textos nas epístolas paulinas representam o mistério como estando oculto em Deus, sem que houvesse qualquer conhecimento ou presença dele em períodos históricos anteriores, nem mesmo de forma velada ou figurativa.

### Romanos 16:25,26.

Paulo afirma que o mistério estava oculto, mas agora foi revelado. O termo oculto (*sesigemenou*), significando “sem som”, “completamente silencioso”, está em oposição a dois termos descritivos de revelação: “revelado” e “dado a conhecer”.

O mistério é revelado nas Escrituras proféti-

cas, referindo-se não ao Velho Testamento - o que é claro pela ausência do artigo definido, mas sim aos escritos apostólicos.

Essa revelação é dirigida às nações, aludindo provavelmente à missão aos gentios. Ao contrário do mistério, o evangelho, de acordo com Romanos 1:1-4, foi prometido no Velho Testamento.

### I Coríntios 2:6-8

O mistério constitui sabedoria divina para "nossa glória" (dos Apóstolos). O mistério foi preordenado por Deus antes das eras. O mistério não era conhecido das eras, enfatizando sua posse por Deus apenas e não pela história ou mesmo pela revelação.

O mistério não era conhecido antes da era apostólica, estava oculto em Deus durante toda a história bíblica da redenção.

### Efésios 3:3-5

O mistério foi dado a conhecer a Paulo por revelação. O mistério não foi dado a conhecer aos homens noutras gerações. O mistério foi confinado aos profetas e apóstolos do Novo Testamento.

### Efésios 3:9,10

O termo "oculto" (sinônimo de todos os termos já vistos), é explicitamente qualificado pela expressão "*en to theo*" - "em Deus". Essa linguagem clarificaria o que porventura não tivesse ficado claro, ou seja, que o mistério estava oculto em Deus, não no Velho Testamento.

### Colossenses 1:26,27

De acordo com esse texto, o mistério estava oculto das épocas e gerações passadas, até que foi manifestado aos santos, por iniciativa divina.

Em conclusão, podemos identificar uma série de resultados e implicações de afirmarmos que Igreja é uma revelação paulina:

(1) A idéia de que a Igreja é uma revelação

não previamente profetizada, possuindo uma natureza e propósitos singulares, protege a Igreja de tentar praticar a lei mosaica, de cumprir as funções de Israel e de tentar cumprir ou mesmo ser o futuro Reino Teocrático de Israel.

(2) Como uma revelação Paulina especial, a Igreja não pode cumprir em si mesma as profecias do Velho Testamento, como seria o caso de acordo com o amilenialismo.

(3) Uma série de dinâmicas singulares estão envolvidas na diferenciação entre a Igreja e Israel: propósito, composição, origem, organização e revelador (autoridade apostólica).

(4) O propósito de Deus em Israel era estabelecer uma nação teocrática, preliminar e exemplar a outras nações. O propósito da Igreja é evangelizar o mundo e estabelecer igrejas locais. A era da Igreja permite que o evangelho de Cristo seja anunciado a todas as nações, sem qualquer ligação com Israel ou com o sistema ritual e social mosaico, e sem qualquer mandato de estabelecer o governo monárquico do futuro Reino Messiânico.

(5) Sendo a Igreja uma revelação paulina, Paulo é a autoridade apostólica bíblica para a igreja dessa dispensação no que diz respeito a sua natureza, organização, propósito e futuro.

Essa dimensão da Teologia Dispensacional, reconhecidamente representa uma de suas mais importantes ênfases. É necessário clarificar contudo que a Teologia Dispensacional não afirma que Paulo é o fundador da Igreja, o Corpo de Cristo, mas sim que ele foi o instrumento de Deus para revelar, tornar conhecido, sistematizar a verdade da Igreja.

O interesse primordial da Teologia Dispensacional é estabelecer o caráter sui-gêneris, singular, peculiar da Igreja, o Corpo de Cristo no desenrolar da história bíblica da redenção.

A Teologia Dispensacional entende que Paulo refere-se à Lei Mosaica e não a meros abusos farisaicos, quando limita radicalmente o seu uso lei na presente dispensação, reivindicando que justificação e santificação ocorrem independentemente da Lei: justificação procede da fé em Cristo e santificação resulta da transformação do crente e da plenitude do Espírito Santo.

Consequentemente, a Teologia Dispensacional defende o mínimo uso possível da Lei Mosaica durante a presente era da Igreja, encorajando assim santificação pela graça e preservando a Igreja na liberdade de Cristo.

A diferença entre a Teologia Dispensacional e o Calvinismo clássico nesta questão reside tanto em ênfase quanto em princípio. Historicamente, o Calvinismo enfatiza o máximo uso possível da Lei na salvação, na santificação, na igreja e até mesmo na sociedade civil, resultando em uma perigosa combinação entre a lei moral bíblica e a lei civil, através de um programa de ação socio-cultural. Essa dinâmica é ilustrada na desastrosa tentativa calvinista de cristianizar o governo de Geneva.

Em oposição, a Teologia Dispensacional busca desengajar-se da Lei Mosaica tanto na Igreja quanto na sociedade, ressaltando as históricas dificuldades em impor a Lei à sociedade, seus efeitos corrup-

tores e a falta de recursos da igreja para desempenhar tal tarefa.

Isso não quer dizer que a Teologia Dispensacional não se interesse pelo bem estar moral e ético da igreja e da sociedade, mas sim que a qualidade moral da igreja é forjada na liberdade do Espírito e não na submissão à Lei Mosaica.

Somente a futura manifestação do Reino de Deus na terra produzirá tal síntese, resultando na completa transformação da presente ordem moral corrompida pelo pecado. Isso não pode ser realizado pela Igreja devido à limitação de sua missão, sua condição de minoria, sua falta de instrumentos coercivos, sua corruptibilidade e tendência a pecar.

A distinção dispensacional entre Lei e Graça resulta de uma combinação de idéias que podem ser assim resumidas:

A lei mosaica é um complexo civil, moral e cerimonial indivisível, contendo proibições comandos e até mesmo prescrições quanto as punições correspondentes.

A Lei mosaica pertence a uma nação-estado, é a Lei/Pacto de Israel e é inseparável da promessa Abraâmica de uma terra e uma descendência.

A Lei foi dada com uma limitação temporal divinamente planejada, uma era pre-

paratória na história da redenção - uma dispensação da lei a ser seguida por uma dispensação da graça. Em outras palavras, a lei era "temporária por designio".

Entretanto, a radical rejeição paulina da lei exige uma explicação mais profunda do que a mera questão temporal. Em suma essa explicação pode ser assim definida:

(1) A lei era QUALITATIVAMENTE LIMITADA devido a duas grandes deficiências: Objetivamente, carecia as duas grandes e vitas dinâmicas de vida - não concedia o Espírito (Gal. 3:14); não operava por fé (Gal. 3:12); Subjetivamente, tinha apenas uma humanidade pecaminosa para trabalhar (Gal. 3:22)

(2) A lei era PROPOSITIVAMENTE LIMITADA devido a duas grandes restrições: visava aumentar o pecado ao intensificar o conhecimento; transformava o pecado em transgressão, estabelecendo assim uma base objetiva para a culpa e a justiça divina.

Teologia dispensacional enfatiza a distinção entre lei e graça porque possui um interesse fundamental na liberdade da idéia de justificação pela graça, como uma doutrina paulina essencial. Salvação pela lei é impossível. A lei revela pecado como transgressão, produzindo culpa judicial. Salvação é pela graça de Cristo.



A Lei de Moisés é apenas uma expressão da lei moral de Deus, podendo ser rejeitada para justificação ou santificação.

Portanto, quando Paulo cita a lei mosaica e normaliza alguns de seus preceitos para a Igreja, ele o faz como expressões da vontade moral de Deus. Ele enfatiza o conteúdo dos preceitos, sem contudo normalizar a lei para a vida da igreja, da mesma forma que quando ele cita poetas gregos (Atos 17:28,29; Tito 1:12) ele não pretende canonizar a poesia grega.

Portanto, a Teologia Dispensacional rejeita qualquer tentativa de separar os aspectos civil, moral e cerimonial, como se fosse possível aplicar um destes aspectos à vida da Igreja e rejeitar os outros. Israel e a lei estão em solidariedade como uma dispensação. O Novo Testamento trata a lei como um todo, não podendo ser dividida entre partes que

permanecem e partes que cessam.

Além dos conceitos bíblicos mencionados acima, há ainda certas implicações práticas, ou melhor certos perigos de submeter a Igreja à Lei Mosaica:

(1) Quando ignoramos as penalidades estabelecidas pela Lei a fim de aplicá-la à Igreja hoje, nós a desonramos, reduzindo-a a meramente uma série de bons “conselhos”. Como resultado, a Lei perde o poder oriundo das sanções e se torna incapaz de cumprir seu papel como uma expressão da santa vontade de Deus e seu governo moral.

(2) Separar a “lei moral” da “lei cerimonial” ignora o contexto de graça representado pelo cerimonial reduzindo a Lei a “moralidade legalista”;

(3) Paulo associa imposição da Lei com a morte da vida espiritual: colocar-se sob a Lei significa

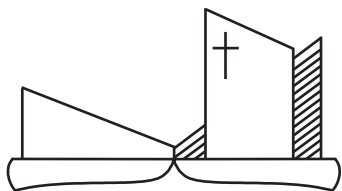
retornar à escravidão. (Gal. 5:1); colocar-se sob a Lei significa adicionar lei à graça criando assim um “outro evangelho”. (Gal. 1:6); colocar-se sob a Lei significa tornar-se devedor de toda a lei. (Gal. 5:3); colocar-se sob a Lei significa anular a obra de Cristo (Gal. 5:2,4).

Rejeitar a Lei Mosaica contudo, não significa dizer que o cristão vive sem um conjunto de princípios morais. Sob a graça, a lei foi cumprida e todos os seus elementos de valor e validade permanentes, foram incorporados pelo evangelho.

Termos como “vontade de Deus”, “lei moral de Deus”, ou “lei de Cristo” são usados para decrever o conteúdo prescritivo do cristianismo. O padrão moral do cristão portanto, é a vontade de Deus no contexto da graça manifestada em Cristo e revelada na totalidade da Palavra de Deus.

### 3

## Igrejas Bíblicas



*Reconhecendo e Aplicando  
Duas Regras Básicas de Estudo Bíblico*

## Os Dons de Línguas e de Sinais



Solicite esses e outros materiais de estudo bíblico escrevendo para:

**Sola Scriptura**  
**Caixa Postal 4112 - Ag. Boa Viagem**  
**CEP. 51021-970**



# O ARREBATAMENTO PRÉ-TRIBULACIONAL DA IGREJA

Protestantes em geral admitem que a Igreja será arrebatada para estar com Cristo. A questão é “quando” isso acontecerá em relação à tribulação. Essa questão tem provocado um acirrado debate e gerado divisão na Igreja.

A Teologia Dispensacional reivindica que a Igreja será arrebatada da terra para estar com Cristo antes da grande tribulação.

O arrebatamento é visto como o meio pelo qual a Igreja escapará da ira de Deus a ser revelada durante a grande tribulação.

Essa idéia de escape aparece em inúmeros textos bíblicos (Mateus 24:15,16; Lucas 21:20-22; Romanos 5:9; I Tessalonicenses. 1:10; 5:9; Apocalipse 3:10; 12:13,14), os quais apresentam diferentes dimensões do escape: fuga do lugar de tribulação mais intensa; libertação da ira vindoura ou ainda proteção da hora da provação.

Não seria inconcebível portanto, que o apóstolo Paulo, por revelação especial, ensinasse ainda outro meio de escape, a saber, a ressurreição / o arrebatamento de todos os crentes antes do fato, ou seja antes da Tribulação.

Cremos portanto, que Paulo recebeu uma revelação especial de Cristo indicando que os crentes serão poupados da ira de Deus através da ressurreição

(Romanos 5:9; I Coríntios 15:51 I Tessalonicenses. 1:10; 4:15, 5:9).

A expressão, *a ira de Deus*, em Paulo, muito provavelmente refere-se a destruição do *dia do Senhor*. (I Tess. 5:2,3).

De fato, há passagens em profusão conectando a ira de Deus com o dia do Senhor do qual a grande tribulação faz parte. (Joel 1:15ss; 2:1-11; 2:29ss; 3:1ss; Amós 5:8; Obadias 15; Sofonias 1:8ss; 3:8ss; Zacarias 14:1ss; Malaquias 4:5; Ezequiel 30:2ss; Isaías 2:19 (12-21), 13:6ss; 34:8ss; Apocalipse 6:19.)

Sendo que ressurreição e não meramente proteção é especificado, podemos concluir que o escape mencionado é através da ressurreição/ arrebatamento que precede a ira do *dia do Senhor*. Ele não teria porque falar de ressurreição em conexão com uma proteção ou escape terreno.

Assim, a tradição paulina adaptou a linguagem escatológica do Velho Testamento adaptando-a à nova revelação de Cristo, para incluir o arrebatamento da Igreja (Rom 2:5,16; 13:12; I Cor. 3:13; 5:5; II Cor. 1:44; Ef. 4:30; 6:13; Fil. 1:6,10; I Tess. 5:2,4; II Tess. 1:10; 2:2; II Tim. 1:12,18; 4:8).

I Tessalonicenses 4:13-5:11 apresenta a *parousia* (a vinda de Cristo) em dois estágios distintos: (1) o arrebatamento da Igreja, um mistério

revelado a Paulo pelo Senhor ressurreto (Veja I Tessalonicenses 4:13-17 e compare com I Coríntios 15:50-57); (2) o retorno final de Cristo à terra em cumprimento das profecias (5:1-11)

Em conclusão, é importante apresentar algumas vantagens do pré-tribulacionismo.

(1) Restaura a direta soberania de Deus na história da salvação, quanto ao fim da vida da Igreja na terra. Portanto, é desnecessário e até perigoso tentar identificar sinais da Tribulação, pois o arrebatamento será uma intervenção miraculosa de Deus para libertar a Igreja da terra.

(2) Restaura o princípio histórico de iminência, para a Igreja. Iminência significa que nenhuma sequência mensurável de eventos encontra-se entre o crente e o arrebatamento.

(3) Oferece conforto à Igreja devido ao benefício do escape da tribulação. Isso não quer dizer contudo, que a Igreja não tem sido perseguida, que não está sendo perseguida hoje em alguns lugares, ou que não mais será perseguida até o arrebatamento. Conforto provém do benefício da justificação pela fé diante dos dois grandes momentos de julgamento futuros, ou seja, os benefícios do (1) escape (arrebatamento) da tribulação e (2) da absolvição do julgamento final.